



1. JANUSZ WOJCIECHOWSKI - COMISSÁRIO EUROPEU DA AGRICULTURA

ENTREVISTA COM O COMISSÁRIO EUROPEU DA AGRICULTURA

TEXTO

ISABEL VAN ZELLER BASTO

CONFAGRI - BRUXELAS

Considerada parte integral da chamada Comissão von der Leyen (VDL) e da sua estratégia para o futuro, foi a própria Presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen a atribuir a pasta Agricultura e Desenvolvimento Rural à Polónia.

O novo Comissário, Janusz Wojciechowski, chega à Comissão Europeia proveniente do Tribunal de Contas Europeu e terá como grandes prioridades:

- 1. Garantir um sector agrícola da UE moderno, sustentável e que se adapte às mudanças climáticas, demográficas e tecnológicas;
- 2. Apoiar a rápida conclusão das negociações sobre a Política Agrícola Comum pós-2020, com especial atenção nos temas da segurança alimentar, clima e biodiversidade;
- 3. Trabalhar com os Estados-membros nos seus planos estratégicos, equilibrando os objetivos de escala europeia com as prioridades nacionais;
- 4. Desenvolver uma visão de longo prazo para as áreas rurais, apoiando explorações familiares e médias;
- 5. Apoiar os jovens agricultores e garantir um rendimento justo;
- 6. Contribuir para a estratégia "Prado ao Prato" para alimentos sustentáveis, saudáveis e de alta qualidade;
- 7. Desenvolvimento de um plano de ação para a agricultura biológica na UE;
- 8. Refrear a agricultura intensiva e reduzir o uso de pesticidas, fertilizantes e produtos químicos, como parte de uma ambição

Janusz Wojciechowski tomou posse como Comissário Europeu da Agricultura. Nesse sentido, a Revista Espaço Rural foi entrevistá-lo com o intuito de saber as principais questões da sua agenda.

Os seus objetivos, a Reforma da PAC, o novo *Green Deal*, e a pandemia Covid-19 foram alguns dos temas abordados.

de poluição zero;

- Explorar maneiras de fortalecer o sistema de indicações geográficas;
- Melhorar os padrões de bem-estar animal;
- Realização de uma avaliação de impacto dos acordos comerciais sobre agricultura.

Depois da sua tomada de posse e após um normal período de adaptação, ficamos a saber um pouco mais sobre o novo Comissário.

1 Desde a sua tomada de posse, e passado o período de familiarização institucional, como se alteraram as suas expectativas em relação às alterações políticas que se avizinhm? Os seus objetivos e intenções sofreram um reajuste?

Podemos dizer que o meu mandato como Comissário da Agricultura é ainda relativamente curto, mas já tive a oportunidade de conversar com agricultores de vários países da UE. Uma coisa que todos eles têm em comum é estarem conscientes da necessidade de avançarmos para uma produção sustentável de alimentos. A minha ambição como Comissário para a Agricultura permanece inalterada: trabalhar incansavelmente por uma PAC mais forte, a fim de os ajudar a atingir esse objetivo.

Cada vez exigimos mais e mais aos nossos agricultores. A sociedade e os consumidores pedem alimentos seguros, produzidos de maneira a proteger os nossos recursos naturais e o clima, respeitando também o bem-estar animal. Os nossos agricultores podem responder a estas exigências. Mas devemos fortalecer o apoio que lhes é dado. Não fazemos parte do problema, fazemos parte da solução e o Pacto Ecológico Europeu representa uma grande oportunidade para os agricultores descarbonizarem a economia. A agricultura é o nosso futuro, não o nosso passado. Para que os agricultores enfrentem com sucesso os desafios da segurança alimentar, a proteção do planeta e do clima, a investigação e inovação serão essenciais. Os agricultores devem poder confiar em nós para os apoiar com uma PAC mais amigável, com financiamento adequado e proporcionando adequados níveis de segurança.

2 A reforma da PAC, cujas propostas foram publicadas em junho de 2018, apresenta algumas alterações fundamentais nomeadamente através de um plano estratégico único e de um novo modelo de implementação, visando atingir ainda mais objetivos em termos de sustentabilidade ambiental que de momento não são substanciadas por um orçamento

adequado. Como vê esta dicotomia entre objetivos mais arrojados mas potencialmente menos meios para os atingir?

A Comissão propôs manter um orçamento sólido para a agricultura - 365 mil milhões de euros para o período 2021-2027. Embora isso represente um corte moderado de 5%, precisamos analisar o cenário mais amplo - não apenas o financiamento da PAC - mas os enormes desafios no âmbito da proposta do quadro financeiro plurianual para 2021-2027 e o contexto do Brexit.

A proposta de Política Agrícola Comum (PAC) exige que os agricultores contribuam mais para os objetivos climáticos e ambientais. De facto, 40% dos gastos da PAC devem estar relacionados com objetivos ligados ao clima. Para isso, a PAC precisa de financiamento suficiente.

Apesar do corte potencial, a futura PAC oferece uma ampla margem de manobra para melhorar a eficiência de custos da PAC, aperfeiçoando consideravelmente a forma como o suporte será direcionado. Isso será possível graças aos Planos Estratégicos Nacionais da PAC, uma componente essencial da proposta da Comissão para a futura PAC. Claro está, se houvesse um consenso político entre os líderes europeus para aumentar o financiamento da PAC, eu daria obviamente as boas-vindas a esse passo. Esta é uma questão de decisão política dos nossos líderes.

3 O novo Green Deal, o Pacto Ecológico Europeu, é já uma prioridade anunciada da próxima Comissão. O que podemos esperar neste âmbito em termos de prioridades para a agricultura?

O *Green Deal* é uma nova estratégia de crescimento que visa transformar a UE numa sociedade justa e próspera, com uma economia moderna, competitiva e eficiente em termos de recursos, com neutralidade climática até 2050.

A agricultura desempenhará um papel fundamental na transição para um futuro sustentável. Parte do Pacto Ecológico Europeu, a estratégia "Prado ao Prato" (Farm to Fork) visa projetar um sistema alimentar justo, saudável e responsável em termos ambientais. Com a ajuda da PAC, acompanharemos e apoiaremos os agricultores nesse sentido.

No que diz respeito à PAC, a Comissão trabalhará com os Estados-membros e as partes interessadas para garantir que os planos estratégicos nacionais reflitam plenamente a ambição do Pacto Ecológico Europeu e da estratégia do "Prado ao Prato", em particular no que respeita à redução de pesticidas, fertilizantes e antibióticos.

Os planos devem levar ao uso de práticas sustentáveis, como a agricultura de precisão, agricultura biológica, agroecologia, agrosilvicultura e padrões mais rigorosos de bem-estar animal.

Ao mudar o foco da conformidade para o desempenho, medidas como os regimes ecológicos devem recompensar os agricultores pelo melhor desempenho ambiental e climático, incluindo gestão e armazenamento de carbono no solo e melhor gestão de nutrientes para melhorar a qualidade da água e reduzir emissões.

Tudo isso complementará o apoio ao rendimento agrícola, à gestão de riscos e à competitividade, que continuarão na futura PAC e para os quais os Estados-membros poderão propor medidas direcionadas de acordo com as necessidades dos seus agricultores.

Além disso, dadas as importantes dimensões sociais, ambientais e económicas da produção e consumo de alimentos, é necessária uma abordagem sistémica para abordar questões e responder adequadamente às necessidades da sociedade. É por isso que a Estratégia do "Prado ao Prato" será acompanhada por um plano de ação que estabelece uma ampla gama de ações para garantir que todas as etapas da cadeia de abastecimento contribuem para o esforço: transformação, distribuição e consumidores. Além dessa estratégia, outro elemento importante do Pacto Ecológico Europeu é a nova estratégia de Biodiversidade. Esta abrangerá a biodiversidade em todas as suas dimensões a nível da UE, inclusivé no sector agrícola. A PAC e a futura PAC complementarão essa estratégia, trabalhando para a preservação da biodiversidade, recompensando os agricultores pela implementação de práticas agrícolas sustentáveis.

A Comissão planeia adotar as duas estratégias na Primavera de 2020.

4 Na Europa e em particular em Portugal, as Cooperativas são fundamentais para a realidade agroalimentar e rural. Não obstante, o seu papel intrínseco nem sempre é totalmente conseguido devido aos severos desequilíbrios sentidos na cadeia alimentar. A anterior Comissão deu passos para solucionar este problema mas, como um estudo recente da própria DgAgri revela, a agregação dos agricultores na UE ainda carece de um esforço. O que pode o mundo cooperativo esperar durante o seu mandato?

Organizações de produtores como as Cooperativas são altamente benéficas para os seus membros. Isso foi destacado recentemente

no estudo que mencionou, e eu concordo plenamente com isso, de acordo com a visão da Comissão Europeia, de que as organizações de produtores são um meio para fortalecer a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento.

Desde janeiro de 2018, existem novas regras em vigor para promover e facilitar a criação de tais organizações em todos os sectores agrícolas. Por exemplo, isso inclui permitir que todas as organizações de produtores coloquem produtos no mercado e negociem contratos em nome dos seus membros (reservados anteriormente apenas a determinados sectores).

Além dessas regras, a Comissão Europeia adotou nova legislação para trabalhar rumo a uma cadeia de distribuição mais equilibrada, a favor dos produtores. Em primeiro lugar, a Diretiva que proíbe práticas comerciais desleais foi adotada em abril de 2019. De acordo com essa Diretiva, os Estados-membros proibirão práticas como pagamentos atrasados de produtos alimentares perecíveis, cancelamentos de pedidos de última hora, alterações unilaterais nos contratos e devolução de produtos não vendidos ou desperdiçados.

Os Estados-membros têm até 1 de maio de 2021 para transpor a Diretiva para a legislação nacional.

Em segundo lugar, novas medidas foram adotadas em outubro de 2019 para melhorar a transparência do mercado ao longo da cadeia de abastecimento. A falta de transparência do mercado pode levar a mercados ineficientes, mas também oferece a quem tem os dados mais precisos maior poder e vantagem. As novas medidas aumentarão a transparência de preços para todos, disponibilizando os preços nos diferentes níveis da cadeia. Estas medidas entrarão em vigor a 1 de janeiro de 2021.

Durante o meu mandato, veremos essas medidas dar frutos uma vez implementadas. Ainda assim, continuarei a trabalhar para uma cadeia mais justa e equilibrada. A estratégia do "Prado ao Prato" incluirá propostas para melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor. Isso é essencial para garantir que durante a nossa transição para uma economia mais verde e sustentável, não deixaremos ninguém para trás. Acredito firmemente que os agricultores fazem parte da solução e com uma PAC forte, teremos as ferramentas certas e o apoio relevante.

5 A crise que vivemos de momento, com a pandemia de Covid-19, tem, ao contrário das mais recentes crises de mercado, impacto na totalidade dos



2. REPRESENTANTE DA CONFAGRI EM BRUXELAS COM O NOVO COMISSÁRIO EUROPEU DA AGRICULTURA E O NOVO PRESIDENTE DA COGCECA

sectores. Acha que a PAC e os mecanismos à nossa disposição são suficientes?

Confrontamo-nos com uma crise sem precedentes e estou mais grato que nunca aos agricultores e produtores europeus pelo seu trabalho árduo e contínuo, apesar das crescentes dificuldades e pressões. Nestes tempos difíceis a nossa cadeia de abastecimento alimentar deu provas da sua resiliência.

Já foram implementados 3 tipos de medidas:

Prorrogação do prazo para os pedidos de pagamento da PAC: O novo prazo para a apresentação de pedidos passará a ser 15 de junho de 2020, em vez de 15 de maio, o que permitirá uma maior flexibilidade para os agricultores preencherem os pedidos nestes tempos difíceis e sem precedentes.

Aumento dos auxílios estatais: Ao abrigo do quadro temporário relativo aos auxílios estatais recentemente adotado, os agricultores podem agora beneficiar de um auxílio máximo de 100.000 EUR por exploração e as empresas de transformação e comercialização de alimentos podem beneficiar de um máximo de 800.000 EUR. Este montante pode ser complementado por auxílios "de minimis", um tipo de apoio nacional específico ao sector agrícola que pode ser concedido sem a aprovação prévia da Comissão. Recentemente, o limite máximo deste auxílio foi aumentado para 20 000 EUR (até 25 000 EUR em casos específicos). Isto significa que o apoio nacional total que pode ser concedido por exploração

ascende a 120 000 EUR (ou 125 000 EUR) ao abrigo do quadro temporário.

Fluxo contínuo de produtos alimentares em toda a UE: A Comissão está a trabalhar em estreita coordenação com os Estados-membros para assegurar o funcionamento do mercado único de bens mediante a criação de «corredores verdes». Estes corredores verdes, traçados em função dos principais pontos de passagem fronteiriços designados, serão objeto de controlos fronteiriços de, no máximo, 15 minutos. A passagem está agora assegurada para todas as mercadorias, incluindo os produtos agroalimentares. É ainda prematuro tirar muitas conclusões sobre o impacto direto a curto e médio prazo desta crise.

Algumas medidas já estão a ser consideradas a pedido dos Estados-membros, mas a caixa de instrumentos predispõe ainda mais medidas possíveis.

Exemplo são as medidas de mercado: em caso de grave perturbação do mesmo, estão disponíveis no âmbito da PAC medidas de apoio ao mercado, como intervenção pública, ajuda à armazenagem privada, retiradas, etc. e medidas excecionais de mercado. Não vou esconder, no entanto, que se tais medidas forem necessárias, elas terão implicações orçamentais. Por isso devem ser analisadas e avaliadas quando necessário.

Farei tudo o que estiver ao meu alcance para apoiar os agricultores, o seu rendimento e a sua capacidade de manter a segurança alimentar.

Todos nós temos um dever comum de identificar e implementar as ações mais apropriadas para apoiar o sector agro-alimentar. A Comissão está pronta para ajudar a agricultura europeia. ●

Biografia

- 2019 – Presente — Comissário Europeu da Agricultura
- 2016 – 2019 — Membro do Tribunal de Contas Europeu
- 2014 – 2016 — Deputado do Parlamento Europeu
- 1995 – 2001 — Presidente Órgão Supremo de Auditoria da Polónia (NIK)

Nota:

Esta entrevista foi realizada no momento entre a apresentação dos dois pacotes de medidas de resposta à pandemia de Covid-19, as medidas descritas na mesma e as medidas de mercado anunciadas posteriormente.